COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Projeto de Lei n^o 5.438/2009

(Apensado a este o PL 6.595/2009)

Dispõe sobre a prorrogação das concessões de geração de energia elétrica, anteriores a 11 de dezembro de 2003, e dá outras providências.

Autor: Deputado PAULO RATTES

Relator: Deputado MÁRCIO JUNQUEIRA

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei em tela, de autoria do ilustre deputado Paulo Hattes, como mencionado em sua justificção, tem por objetivo prorrogar as concessões de geração de energia elétrica, anteriores a 11 de dezembro de 2003. Ao PL n^o 5.438/2009, por sua vez, está apensado o PL n^o 6.595/2009, de autoria do nobre deputado Vieira da Cunha, que dispõe sobre a prorrogação das concessões dos serviços de energia elétrica e dá outras providências.

O argumento central da justificção da proposição em epígrafe, é no sentido de que, o Poder Concedente, a seu critério, autorize a prorrogar tais concessões por até duas vezes consecutivas, sendo cada prorrogação limitada a vinte anos, observadas as regras estabelecidas pela proposição, além das condições estabelecidas nos contratos. Conseqüentemente, revoga-se o § 2^o do art. 4^o da Lei n^o 9.074, de 7 de junho de 1995.

No que tange o PL n^o 6.595/2009, apensado, de autoria do deputado Vieira da Cunha, por sua vez, argumenta, que será facultado à União a prorrogação dos contratos de concessão com as empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica sob o controle direto ou indireto dos entes da federação, desde que a prorrogação seja requerida pelos concessionários e atenda aos interesses dos consumidores.

Encerrado o prazo regimental, nenhuma emenda foi a presenteadada.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Em que pesem os relevantes motivos que motivaram os nobres deputados Paulo Rattes e Vieira da Cunha a apresentarem estes Projetos de Lei, devemos nos manifestar contrariamente à aprovação, pelos motivos que seguem.

A Lei nº 9.074, de 7 de junho de 1995, em sua redação original previa que as concessões de geração d energia elétrica teriam prazo de amortização limitados a trinta e cinco anos, podendo ser prorrogados por igual período. Com o advento da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, resultante da conversão em lei da Medida Provisória nº 144, de 2003, as concessões anteriores a 11 de dezembro de 2003, data da vigência da aludida Medida Provisória, passaram a poder ser prorrogadas por até vinte anos, ou seja, houve uma redução no prazo da concessão na ordem de quinze anos, pelo menos, o que, sem sombra de dúvidas, afetou sensivelmente o planejamento das empresas concessionárias, afetando inclusive as expectativas de expansão da oferta e a vida financeira dessas empresas.

Na geração de energia elétrica há um elevado investimento inicial, seja para a construção de uma usina, seja no pagamento do direito para explorar uma usina existente. O que requer um prazo realmente longo para a recuperação desse investimento, sob risco de comprometer a viabilidade econômica da empresa concessionária.

Em muitos casos, alguns benefícios para os consumidores podem sobrevir após a total amortização dos investimentos, na medida em que são reduzidos os custos das empresas concessionárias, que pode ser repassados, chegando a atingir o usuário final.

A permissão de prorrogação na forma sugerida pela PL Nº 5.438/2009, a nosso ver, não se mostra eficiente por referir-se, sem justificativa razoável, exclusivamente às concessões de geração e não tratar o problema das concessões do setor elétrico como um todo, pois deixa de dispor sobre as concessões de transmissão e de distribuição, onde a prorrogação mais se justifica por não haver benefícios à sociedade com a licitação que decorreria da ausência de prorrogação, pois não estabelece, no caso de prorrogação das concessões de geração, ônus a ser revertido à sociedade, mediante modicidade tarifária. Diferentemente das concessões de transmissão e de distribuição de energia, os valores investidos pelos concessionários de geração já foram amortizados, razão pela qual a prorrogação deveria ser mediante pagamento de ônus.

Não obstante, o projeto de lei possui impropriedades técnicas. Seu artigo 1º, inciso V, na forma exposta, prejudica as concessionárias de transmissão de energia elétrica, na medida em que reduz sua receita sem mencionar como esta receita será reposta, para evitar o desequilíbrio econômico-financeiro das concessões de transmissão. Seu artigo 2º propõe transparência nos leilões de compra e venda da energia, o que não se justifica, à medida que a venda e compra se dá em leilão, onde o preço é fixado com base em lances realizados pelos participantes. Não há obrigatoriedade na aquisição da energia caso o preço não seja aceitável. O artigo 3º garante participação de consumidores livres em leilões de compra e venda de energia, mas não define os critérios dessa participação, o que pode gerar inconsistências e desequilíbrio perante as concessionárias de distribuição de energia, que adquirem energia somente em leilões públicos regulados. Além disso, o artigo 3º também não se justifica, à medida em que os consumidores livres já podem adquirir energia em leilões de compra e venda de energia, desde que tenham demanda contratada (i) entre 500kW e 3000kW, hipótese em que podem adquirir energia em leilões de venda de fontes incentivadas (Pequenas Centrais Hidrelétricas-PCH's, eólicas, co-geração, entre outras) ou (ii) acima de 3000kW, hipótese em que podem adquirir energia de quaisquer geradores.

Acerca do Projeto de Lei nº 6.595/2009, de autoria do listrutre deputado Vieira da Cunha, apensado, embora louvável, por sua vez, mostra-se prejudicado, uma vez que este visa privilegiar as empresas públicas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, prevendo que somente essas teriam direito a ter seus contratos de concessão prorrogados, em detrimento das empresas privadas. A ausência de isonomia de tratamento é inconstitucional e não se justifica na sociedade atual. As empresas privadas dispõem de recursos para investir. A história brasileira demonstra que nem sempre deixar o Estado atuar na economia foi vantajoso. As empresas privadas exercem atividades econômicas similares às empresas públicas que desenvolvem atividade econômica e, por isso mesmo, devem ser tratadas em igualdades de condições, não se justificando dar vantagens a determinadas empresas só pelo fato de serem controladas pelo Estado, em seus diversos níveis da federação (União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios).

As empresas privadas geram riquezas ao país, investimentos, empregos e têm sua função social, não havendo motivos para serem preteridas em relação às empresas públicas, pois investiram em suas concessões e cumpriram as determinações legais e regulatórias. O Estado deve ser privilegiado em investimentos nas necessidades básicas do cidadão (educação, saúde, segurança), mas não em atividades econômicas tão bem desenvolvidas pelas empresas privadas. No setor elétrico brasileiro, em diversos casos, o Estado não tem se mostrado um bom investidor. Prova disso são concessionárias de energia elétrica deficitárias controladas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, como é o

caso da Companhia Energética do Amazonas – CEAM, da Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, da Companhia Energética de Alagoas - CEAL, da Companhia Energética do Piauí – CEPISA, da Centrais Elétricas de Rondônia – CERON, da Manaus Energia S.A.. Outro exemplo é a Centrais Elétricas de Goiás – CELG, também deficitária e que tem necessitado de ajuda da União Federal, com recursos da sociedade. Atualmente discute-se aportar recursos do FGTS, dos empregados da nação, para sanear empresa do Estado de Goiás, como tem-se noticiado. A Companhia Paranaense de Energia - COPEL, por razões políticas do Governador do Estado do Paraná, seu controlador, não tem aplicado os reajustes tarifários autorizados pela ANEEL, limitando recursos para que a COPEL pudesse investir em seus sistemas elétricos. Ou seja, ressalvadas determinadas exceções, o Estado, muitas vezes por ingerências políticas, não tem se mostrado um bom administrador de empresas de energia elétrica. Não se é contra a prorrogação das concessões, mas sim contra projeto de lei que privilegia entes públicos, em detrimento da iniciativa privada, real propulsora da economia e dos investimentos no país. Neste contexto, não deve ainda prosperar o presente projeto de lei, pois não estabelece, no caso de prorrogação da concessão de geração, ônus a ser revertido à sociedade, mediante modicidade tarifária. Diferentemente das concessões de transmissão e de distribuição de energia, os valores investidos pelos concessionários de geração já foram amortizados, razão pela qual a prorrogação deveria ser mediante pagamento de ônus.

Compreendemos o objetivo dos ilustres autores, ao visar sobre as prorrogações das concessões dos serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, que vencem até 2015. Neste ponto nos solidarizamos. Entretanto, precisamos buscar o entendimento de uma norma legislativa, que em sentido amplo, venha a abranger as diferenciações necessárias às concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, em razão das diferenças regulatórias e estruturais entre elas, prioritariamente, sob o foco do consumidor, isto é, considerando as suas reais necessidades técnicas, os seus direitos e deveres e ainda, em estrita consonância com a verdadeira missão das concessionárias e do órgão Regulador: prestar um serviço adequado.

Diante de todo o exposto, manifestamos nosso voto pela rejeição do Projeto de Lei n.º 5.438/2009 e do Projeto de Lei nº 6.595/2009, apensado.

Sala da Comissão, em de de 2010.

Deputado **MÁRCIO JUNQUEIRA**
Relator